



LUSOFONIA E CPLP: IMPOSSIBILIDADE DE OUTROS IMAGINÁRIOS DE LÍNGUAS

Luiza Katia Castello Branco (UFF - CAPES/PNPD)

RESUMO: Nesse texto, damos visibilidade a como o discurso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – sustentado no discurso do multilinguismo/culturalismo, pelos dizeres da proteção e da inclusão, e no discurso da lusofonia, pelos dizeres de passado e língua comuns –, (re)produz sentidos que *narrativizam* as relações entre sujeitos/línguas/espacos como evidentes: todos falam a língua portuguesa; e essa língua, com suas "variações", é a mesma para todos, apesar de suas heterogêneas historicidades, memórias e singularidades em movimento. Para compreender a produção do efeito de homogeneidade, analisamos o funcionamento do nome "lusofonia" no discurso científico-linguístico, em um artigo da Revista Organon (1994).

PALAVRAS-CHAVE: línguas portuguesas, lusofonia, CPLP, discurso, memória

LUSOPHONY AND THE CPLP: IMPOSSIBILITY OF OTHER IMAGINARIES OF LANGUAGES

ABSTRACT: In this text we show how the CPLP's discourse (Community of Portuguese Language Countries) – based on the multilinguism/culturalism discourse (through the ideas of protection and inclusion), and on the lusophony discourse (through the ideas of common past and language) –, (re)produces sense effects that *narratize* the relationships among subjects/languages/spaces as evident: everyone speaks the Portuguese language; and that language with its "varieties" is the same for everybody, in spite of their heterogeneous historicities, memories and singularities in movement. To understand the production of the homogeneity effect, we analyze how the noun "lusophony" works in the scientific-linguistic discourse, in a paper published in the Organon journal (1994).

KEYWORDS: Portuguese languages, lusophony, CPLP, discourse, memory

Nosso objetivo nesse trabalho é dar visibilidade menos ao modo como as línguas portuguesas se historicizaram nos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e mais à re/produção de uma discursividade, que remete para o discurso da lusofonia, inscrevendo as relações entre sujeitos/línguas/espços numa *narratividade*¹ que produz como evidência que todos falam a língua portuguesa e que essa língua é a mesma para todos. Nessa direção, as memórias dessas línguas portuguesas, apesar de heterogêneas, guardam a relação de sentidos da discursividade da lusofonia/CPLP em seus efeitos e apagam o fato de que há outras tantas línguas em relação em espaços*².

A CPLP, organização internacional criada em 1996, com uma primeira configuração de sete países-membros – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe –, e com uma segunda, de oito, com a entrada de Timor Leste (2002), se significa como se fosse uma comunidade formada de uma nação única, produzindo o efeito de ser uma *supranação* (isto é, espaço significado na sua sobredeterminação em relação aos espaços-membros da comunidade). Apesar de um excesso de tentativa de fazer a unidade política, social, territorial e linguística que não há, essa organização internacional se sustenta no que lhe resta, a atualização de uma memória que construa novamente uma unidade política, social, territorial e linguística, dessa

¹ Noção tecida por Mariani (1998). Segundo ela, a *narratividade* é um efeito que permite reorganizarmos imaginariamente o movimento histórico, apresentando fatos antes 'descartados' como fazendo sentido na história. O efeito produzido pela *narratividade* torna a história coerente, sem falhas, estruturada e encadeada temporal e logicamente.

² O asterisco (*) na expressão "em espaço*" – definida a partir da expressão "em solo" cunhada por Medeiros (2008) – marca o lugar de uma possível denominação gentílica ou nacional, como, por exemplo, "moçambicano". Essa expressão "em espaço" surgiu-nos por não saber denominar essa língua portuguesa que já não é a mesma língua portuguesa que vem com o projeto de colonização. A designação "em espaço" diz de uma língua portuguesa *imaginária*, que se torna oficial, e acaba se significando e sendo significada como outras línguas *fluidas* (ORLANDI, 1990, 2009) ainda chamadas de portuguesas que se singularizam, pois que em espaço: brasileiro, moçambicano, cabo-verdiano, guineense, santomense, angolano, e português, inclusive. Essas línguas não são a língua portuguesa *imaginária* nem a língua portuguesa *fluida* de Portugal; são outras línguas portuguesas, como o português-moçambicano (MARIANI, 2011) (cada uma delas com um funcionamento imaginário e outro fluido), com suas especificidades, memórias e historicidades que, discursivamente, não garantem nem a desejada unidade nacional instituída pelo Estado, nem a unidade linguística 'timbrada' e tão decantada pela CPLP, motivo precípua para a organização de uma comunidade como esta. Nesse gesto de precisar dizer dessas línguas portuguesas como outras, pensamos sujeito/espço como *formas históricas* de existência, que constituem sentidos e são por eles constituídos.



vez, não pela via da colonização, nem do imperialismo, mas pela via da democracia e da globalização sob o modelo do capitalismo de mercado, pela língua mesma.

Pensar que, nos países da CPLP, a língua portuguesa oficial coincide com a língua materna é uma evidência produzida pelo discurso de homogeneização tanto do monolinguismo (nacionalismo) quanto do multilinguismo e reproduzida nas políticas de línguas desses espaços ditos lusófonos³.

1. Os discursos do mono- e multilinguismo/culturalismo

Compreendemos a relação entre o mono- e o multilinguismo/culturalismo como processos determinados historicamente.

O monolinguismo/culturalismo, se pensado como uma injunção à prática político-cultural-linguística homogênea, necessária à constituição pelo nacionalismo de um Estado-nação soberano, é o resultado dos processos de gramatização e de institucionalização. No caso das línguas, constrói-se, pelo processo de gramatização, a unidade imaginária. Auroux ([1992] 2001) nos faz refletir a respeito, dizendo:

Com a gramatização – logo a escrita, depois a imprensa – e em grande parte graças a ela, constituíram-se *espaços/tempos de comunicação* cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática. Isto não vale somente para as grandes línguas europeias, mas também para todas as línguas do mundo em que os instrumentos gramaticais europeus são impostos. (AUROUX, 2001, p. 70)

E acrescenta:

é preciso certamente considerar as línguas, elas próprias no sentido dessas entidades que consideramos – pois estamos habituados às línguas gramatizadas – como homogêneas e

³ Esse texto é baseado em capítulo da tese de doutorado em Linguística *A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre Língua Portuguesa*, defendida em 2013, no Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas, orientada pela Prof^a Dr^a Carolina Rodríguez, com o apoio da FAPESP.



isótopas, sempre idênticas a elas mesmas, porque independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores, como uma consequência da gramatização. (AUROUX, 2001, p. 70)

O autor considera, ao mesmo tempo, o modo como esse processo mudou profundamente a relação dos sujeitos com as línguas, suas práticas languageiras e processos de subjetivação; além de mudar o modo de produção e de circulação do conhecimento sobre as línguas, "a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade" (AUROUX, 2001, p. 70). Lembremos que foi com essa filosofia do monolinguismo/culturalismo que o Estado francês procurou impor, a diferentes grupos (de línguas diversas: normando, picardo, catalão, provençal, gascão, bretão, basco, etc.), a língua francesa, falada pela antiga aristocracia e pela nova elite que ascendia ao poder, após a Revolução de 1789. A luta foi pela aniquilação da multiplicidade de línguas vernáculas (os *patois*) faladas em praticamente todo o Estado, com exceção de Paris, depreciando-as estrategicamente em relação à língua francesa – os *patois* estavam "vinculados ao Antigo Regime", seus falantes eram "bárbaros", eram ditos como "línguas mortas", que deveriam ser guardados em "museus", pois seriam parte da "riqueza histórica" do país. O francês era mostrado como a língua que trazia a "clareza" a todos os que a dominavam, sendo somente através dela que o povo francês poderia entender o que é a liberdade (contra a opressão feudal) e, assim, tornar-se cidadãos franceses (ter como importante a noção de pertencer à nação), "civilizar-se" (falar francês era mostra de civilidade, de pertencimento a uma nação livre que surgia), e ter acesso às novas leis e reformulações da nova sociedade (num determinado período, houve um projeto de adaptação das leis ou dos documentos em *patois*). E, por se tratarem, em sua maioria, de línguas ágrafas⁴, o discurso institucional produziu a

⁴ Pensamos em maioria, mas não nos esquecendo de que efetivamente havia muitas línguas escritas porque já estavam gramatizadas (AUROUX, [1992] 2001), como o irlandês no século VII (650); o islandês no século XII (1200); o galês no século XIII (1200-1300); e "o provençal – língua dos trovadores – [que] é a língua mais antiga neolatina gramatizada", tendo, entre 1190 e 1213, seu primeiro registro feito pelo catalão Raimon Vidal (de Bezaudun) que escreve as *Razos de trobar* (*id.*, *ibid.*, p.59).



evidência de que os *patois* seriam facilmente eliminados através da aquisição da escrita em língua francesa, o que não aconteceu de imediato, já que os falantes de *patois* passaram a usar o francês apenas em determinados momentos de seu dia (DE CERTEAU *et alii*, 1975). Mas sabemos que, a longo prazo, foram, sim, aniquilados em sua quase totalidade.

Vemos que a questão da relação entre as línguas, bem como destas com seus falantes, é algo que sempre esteve posto nas decisões políticas relativas às línguas na conformação de uma unidade política, embora esta relação sujeito-língua-poder seja determinada historicamente de maneiras diferentes. Hoje não falamos mais da constituição de Estados nacionais, mas tratamos de uma globalização que extrapola os limites das fronteiras geográficas, utilizando-se de novos instrumentos técnico-linguísticos (AUROUX, [1992] 2001) na busca desta unidade linguística imaginária.

O multilinguismo/culturalismo (ou o plurilinguismo/culturalismo), já no prefixo 'multi-', assinala como um de seus sentidos possíveis o de expressar uma multiplicidade, uma pluralidade de línguas/culturas, ou seja, múltiplas línguas/culturas diferentes entre si, em um mesmo espaço – território, país, nação, comunidade –, sem que se fixe uma predominância de umas sobre as outras. E, sabemos, a convivência entre línguas/culturas (de uma região, de uma cidade, de um bairro, ou mesmo de uma rua, por exemplo) se constrói pela tensa relação política.

No campo das políticas públicas, no mundo ocidental capitalista, parece que o multilinguismo/culturalismo passou a ser significado como doutrina filosófica e, a partir daí, parece produzir como efeito de suas reflexões e ações o fato de que há línguas/culturas menores – as minoritárias – e línguas/culturas maiores – as majoritárias – e, conseqüentemente, a ideia de que as línguas/culturas sendo minoritárias passam a ser discriminadas porque são de um grupo menor – minoria⁵ – sendo entendidas como movimentos culturais particulares, que merecem reconhecimento do Estado para ganhar existência

⁵ Muitas vezes, as chamadas 'minorias' são a maioria.

jurídica, e que, portanto, para se consolidarem como línguas/culturas, e serem "respeitadas", devem ser "amparadas" e "protegidas" por leis⁶. São políticas públicas que, ao considerarem como diferentes as línguas/culturas, designam a diferença em relação a um critério.

Produzem-se, nesse dizer ocidental capitalista mundializado sobre a designação da diferença, efeitos de sentido de inclusão do diferente minoritário perante a maioria homogênea dominante (processo de interpretar a divisão do real em maior e menor) que se materializam sob várias modalidades, a exemplo da modalidade chamada de museificação ou congelamento – gestos políticos de organizações internacionais textualizados em documentos e em práticas languageiras e administrativas no sentido de proteção e salvaguarda de povos, línguas e culturas 'ameaçadas de extinção', tomando como evidente a possibilidade de interromper o processo histórico que faz movimentar sujeito/língua/cultura, colocando-os como objetos apartados do momento político-histórico-ideológico em que estão. Por esses gestos sujeitos/línguas/culturas precisam ser mantidos e protegidos como patrimônios culturais da humanidade (conferir os patrimônios culturais protegidos pela UNESCO)⁷.

⁶ É de 1999 o Projeto de Lei nº 1676 do Sr. Aldo Rebelo que "dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências" no sentido de proibir palavras e expressões em língua estrangeira, ou seja, os estrangeirismos, como lemos a seguir, "Art. 4º Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei". No dia 9 de dezembro de 2010, o presidente Lula editou o decreto nº 7.387 instituindo o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística*. Tal inventário é de responsabilidade do Ministério da Cultura e visa à "identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

⁷ Existem várias organizações internacionais que trabalham para proteger sociedades, culturas e línguas. As organizações internacionais como o IILP, a ACALAN, a OIF, a União Iberoamericana dentre outras, têm como missão defender a língua portuguesa, as línguas africanas (note-se que aqui se trata de um continente), a língua francesa, e a língua espanhola respectivamente. Outro exemplo de organização mundial é a *Survival International*, fundada em 1969. Essa é uma organização de apoio aos povos indígenas. Seu objetivo: "ajudá-los a defender suas vidas, proteger suas terras e decidir seu próprio futuro". A *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*, aprovada por 185 Estados-Membros em 2001, representa o primeiro instrumento de definição de padrão internacional destinado a "preservar e promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural".



Outros efeitos de sentidos produzidos pelas organizações internacionais nas condições de produção de um mundo ocidental capitalista mundializado sobre a diferença nos remetem aos da tão decantada 'inclusão democrática' – gestos políticos que significam o modo pelo qual todos (mesmo os "diferentes", as "minorias") devem ser incluídos e se considerar incluídos, porque é o sistema democrático o sistema de governo desses Estados-nações que se consideram membros das organizações internacionais, como a ONU, a UE, o MERCOSUL, a CPLP, dentre outras. E, nesse sentido, a democracia deve sustentar um governo para todos, por todos e de todos. Mas, pensando discursivamente, consideramos que as relações entre sujeitos/línguas/espacos são relações de poder, hierarquizadas, portanto, políticas e assimétricas em disputa por sentidos. Nessa luta, há sentidos que circularão como hegemônicos, produzindo efeitos que parecem ser os verdadeiros, os naturais, enquanto outros ficarão silenciados, ou como se não fizessem sentido.

Um exemplo dessa relação de poder, política/assimétrica, de disputa por sentidos, é o como a Organização das Nações Unidas (ONU) – um espaço internacional – significa a relação entre as línguas; particularmente, ao denominar algumas línguas como "línguas oficiais" e "línguas de trabalho". Os lugares de língua oficial e de língua de trabalho instituídos pela ONU são espaços simbólicos em que o funcionamento do político determina a relação de força entre as línguas em disputa. A ONU tem cerca de 193 países-membros e, até hoje⁸, considera apenas seis línguas oficiais – árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol, usadas pelos delegados na Assembleia, no Conselho de Segurança e no Conselho Econômico e Social, e em que a maioria dos documentos é traduzida. Contudo há apenas duas línguas de trabalho, o inglês e o francês⁹, usadas pelo Secretariado Geral, administrador dos programas e das políticas estabelecidas pela ONU. Podemos perceber que, pela divisão política que estabelece a relação entre as línguas na ONU, nem todos os países-membros

⁸ Momento final da confecção da tese: janeiro de 2013.

⁹ Disponível em: <http://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu>.



têm sua língua significada como língua oficial; e ser língua oficial não é a mesma coisa que ser língua de trabalho¹⁰.

2. Língua oficial, nacional, materna: efeitos de evidência

Há que se estabelecer que existem diferentes relações entre os sentidos de língua oficial, língua materna e língua nacional. Os efeitos de sentidos se constroem de acordo com o modo como esses conceitos são tomados em determinadas relações. Por exemplo, numa relação de equivalência, o Estado significa a língua materna como a língua nacional, e também como a oficial, havendo, assim, um efeito de coincidência. Essa ilusão de coincidência "evidenciada" pela escola produz um efeito de "um sempre mesmo não-lugar" para os sujeitos que ali tentam se reconhecer, pois sua língua materna não coincide com a língua nacional, e nem com a oficial, tendo, então, de adequar sua língua materna à língua da escola (PFEIFFER, 2005). Mesmo que o efeito de sentido parecesse "completo", isto é, fazendo coincidir para o sujeito a língua oficial com a materna e a nacional, estamos sob o trabalho da ideologia, que faz coincidir, no caso em discussão, essa língua imaginária nacional lusófona com a língua fluida, a língua pela qual o sujeito se constitui, a que não se deixa imobilizar, a que vai além das normas (ORLANDI, 2009, 1988). *Língua oficial, língua nacional e língua materna* são noções que passam ao largo da evidência – apesar de se constituírem matéria efetiva de consenso – impondo-se como

¹⁰ Parece existir a categoria de 'língua de documentação' (além de 'língua oficial' e de 'língua de trabalho'), conforme lemos no Plano de Ação de Brasília. Nessa língua de documentação, os documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU seriam traduzidos para sua sistemática circulação. Essa é uma das linhas de ação desse Plano. "Considerar as medidas necessárias para a possível introdução do português como 'língua de documentação' das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e por meio da criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado por contribuições dos Estados Membros da CPLP. Nesse sentido, estabelecer um mecanismo de coordenação a ser integrado por representantes das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, para avaliar custos e benefícios que decorreriam da introdução do português como 'língua de documentação' daquela Organização." *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. Disponível em: http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf.



objetos de controversas definições, pelas ciências da linguagem, justamente porque jogam aí diversos e dispersos imaginários de línguas. As línguas nacional, materna e oficial são distintas materialidades de línguas sendo impossível transitar de uma para a outra sem mudar de materialidade, pois, conforme Payer (2006, 2007), as línguas são distintas dimensões da linguagem, produzindo diferentes memórias *na* língua e *da* língua (PAYER, 2006), que, por isso, se significam e são significadas em relação de tensão.

Nos países-membros da CPLP na África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe), os efeitos de sentido de língua materna/língua nacional/língua oficial em relação não são da ordem da evidência, porque, nesses espaços, mesmo a língua portuguesa sendo a língua oficial, ela não é denominada como língua nacional. É importante observar que o funcionamento da noção de língua nacional nesses países é diferente do que se tem em Portugal e no Brasil. Nestes, o imaginário construído para a língua portuguesa é o da língua praticada nacionalmente, pela maioria da sociedade portuguesa e brasileira, e se denomina, por isso também, para esses falantes, como língua nacional. Em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o imaginário para essa língua portuguesa não é construído como o de língua nacional e materna, porque ela é falada por uma parcela relativamente inferior à parcela que fala as línguas nacionais, ou seja, as línguas dos sujeitos/espacos africanos.

Por exemplo, a língua materna da maioria dos sujeitos cabo-verdianos é a língua cabo-verdiana, ou, como eles a denominam, *crioulo*. A língua portuguesa é aprendida na escola. Só os escolarizados falam português. A língua cabo-verdiana é significada como língua nacional, não sendo a língua oficial.

[...] se todo o nosso povo fala e compreende o Cabo-verdiano, a *maioria, contudo, não fala o português*. Apenas os nossos letrados, os que estudaram ou estudam são verdadeiramente bilíngues. Na generalidade, o nosso povo tem um nível razoável

de compreensão do Português, mas compreender uma língua não significa falar essa mesma língua. (VEIGA, 1994, p. 257)¹¹

E, ainda, observa

A situação linguística em Cabo Verde caracteriza-se pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciadas: o português é língua oficial e internacional e *o crioulo é língua nacional e materna*. Ao primeiro estão reservadas as funções de comunicação formal: administração, ensino, literatura, justiça, *mass*-mídia. Ao segundo, pelo seu lado, estão reservados [sic] as funções de comunicação informal, particularmente o domínio da oralidade. (VEIGA, 1998, p. 95)

Em Moçambique, por exemplo, as línguas do grupo banto são faladas pela maioria dos moçambicanos (cerca de 93%), enquanto a língua portuguesa é falada por uma minoria (cerca de 6%). Só na capital, cidade de Maputo, existe um grande número que pratica a língua portuguesa (cerca de 87%). Na Guiné-Bissau, a situação não é muito diferente. O português é falado por muito poucas pessoas, e as línguas nacionais incluindo a língua crioula guineense são as mais faladas. Em São Tomé e Príncipe, também a língua santomense, denominada crioulo, e as outras línguas nacionais são mais faladas que a língua oficial portuguesa.

Sendo assim, refletir sobre a importância da língua oficial de um país passa por compreender seu funcionamento em relação às outras línguas que disputam o espaço, às vezes o mesmo. Ela fará parte do que caracteriza a identidade de uma sociedade e de sua nação de variados modos. Por exemplo, a identidade da sociedade brasileira, em relação à sua nacionalidade, é constituída, dentre outros conjuntos de práticas simbólicas, pela língua falada no espaço brasileiro, tomada no seu imaginário de língua nacional significada como língua oficial. Nessa reflexão, contudo, não podemos nos esquecer das

¹¹ É importante aqui chamar a atenção para a expressão "verdadeiramente bilíngues". Ao assim dizer, apaga-se aí a heterogeneidade do espaço cabo-verdiano em favor de apenas duas línguas – o crioulo e o português. Além disso, cabe perguntar: que tipo de conhecimento do português (ou que português) é socialmente aceito como evidência de um "verdadeiro" bilinguismo? Mais adiante, novamente, volta o apagamento ainda no dizer de Veiga, "existência de duas línguas" (BRANCO, 2007).



relações, sempre políticas, entre línguas/sujeitos/espacos que estão aí implicadas. Conforme bem observa Guimarães¹²,

Se a questão da língua oficial do Brasil pode parecer para a maior parte da sociedade brasileira como algo natural, ela traz problemas muito específicos para povos e grupos sociais que praticam línguas diferentes no Território brasileiro. Neste caso estão, fundamentalmente, os povos indígenas que praticam ainda mais de 150 línguas indígenas diferentes.

A tentativa de silenciamento das línguas locais, durante os períodos de colonização, na América e na África, remete-nos a um *discurso fundador* (ORLANDI, 2003) caracterizado pela ênfase de grande poder político e econômico da língua portuguesa nessa época, entrando no espaço dessas línguas como a língua da Metr6pole; e, mais tarde, como a língua do Estado Nacional, *narrativizando* uma memória histórica (MARIANI, 1998) que, até hoje, produz efeitos de homogeneidade, pela tentativa de filiar o imaginário de nação fora de Portugal como sendo uma extensão ainda de Portugal; o imaginário de sujeitos a uma nação como "povo irmão" porque tem uma "história comum"; o imaginário de língua como "a mesma" língua, o português. Silencia-se o sentido do diferente: de que esses outros sujeitos são constituídos por outras línguas e por outros imaginários de línguas e de que suas nações se historicizaram de forma diversificada daquela simbolizada por Portugal. Só por esse esquecimento esses espacos podem ser significados como "nações irmãs" no discurso da lusofonia.

Segundo Matondo Kiese Fernandes, coordenador do projeto de Multilinguismo¹³ na Universidade Agostinho Neto em Angola, "os portugueses, quando chegaram em Angola, adotaram como política o silenciamento das línguas locais. Eles queriam impor a sua cultura. Com a independência, em 1975, foi colocada em prática a revalorização dessas línguas"¹⁴.

¹² Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm.

¹³ Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2007/ju363pag11.html.

¹⁴ Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2007/ju363pag11.html.



É importante observar aqui esse gesto de resistência angolano. Mas é importante também discutir uma memória discursiva que faz circular ainda hoje sentidos hegemônicos que impedem sujeitos e línguas de significarem suas diferenças e se significarem nelas.

É preciso que se fale do grande equívoco em relação às chamadas políticas de "imposição cultural". Segundo Rodríguez-Alcalá (2000), nas condições de produção da colonização europeia, a cultura europeia foi imposta aos povos colonizados "como modelo cultural válido, mas ao qual se nega um real acesso às populações locais", não consistindo "como é costume acreditar, na tentativa de uma real implantação da cultura europeia" (*id.*, *ibid.*, p. 85). Prossegue em sua reflexão dizendo que

nunca houve um real propósito de *civilizá-los*, introduzi-los efetivamente – como seria de esperar-se se o propósito fosse esse – aos grandes nomes dessas manifestações culturais *superiores*, como Bernini ou Michelangelo, Bach ou Cervantes: o ensino artístico, literário, etc., ministrado aos índios esteve sempre restrito e direcionado para fins muito específicos. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000, p. 85) (itálicos da autora)

E continua,

o projeto dos jesuítas para com seus discípulos não foi o de instruí-los de fato nessa nova cultura, mas o de fornecer-lhes somente os elementos indispensáveis para sua organização e governo e para a realização das tarefas exigidas a eles, como a elaboração de obras pictóricas, escultóricas, a representação de peças teatrais, entre outras. [Assim] a grande falha desse argumento cultural e o mecanismo circular por ele mobilizado [é] o de reafirmar a *superioridade* da cultura europeia, mas, ao mesmo tempo, tentar impedir aos índios um acesso efetivo a ela. Dito de outra forma, uma vez demonstrada a *inferioridade* dos índios, a questão está em se fazer com que eles *permaneçam índios*, isto é, *inferiores*, para que assim permaneçam submissos. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000, p. 86) (itálicos da autora)

Nesse sentido, é importante que reflitamos a respeito dos discursos da CPLP sobre a língua portuguesa nos espaços angolano, brasileiro, cabo-verdiano, guineense, moçambicano, português, santomense, trazendo para a



discussão a noção de *lusofonia*. Pensada discursivamente à luz da História das Ideias Linguísticas, a lusofonia enquanto discursividade nos possibilita compreender a diversidade e a multiplicidade de sentidos que podem existir nesse referente, além de remeter à dimensão histórica e política da colonização, da dominação portuguesa que afrontou e confrontou realidades, línguas, sujeitos e histórias bastante diversos.

3. O discurso da lusofonia no discurso da CPLP

Considerar a língua portuguesa como língua una e única, língua homogênea, indivisa, para um espaço enunciativo determinado, é já um efeito de sentido produzido por um discurso que, à sua maneira, deixa de fora a história e o político. Nesse discurso ficam apagadas as diferentes discursividades que determinam e são determinadas pelos múltiplos e diversos espaços discursivos constituídos na tensa relação entre sujeitos/línguas, nos países cuja língua oficial é a língua portuguesa. Um dos discursos atuais em que vemos se reproduzindo esse efeito de homogeneidade é o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que se sustenta no discurso da lusofonia (e no do multilinguismo) para legitimar como finalidade "defender" e "promover" a língua, fundamentalmente.

Nessa direção, Freixo (2009) observa que:

procurou-se construir um consenso nacional [português] em torno da articulação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, erigida em torno do discurso da lusofonia, uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. (FREIXO, 2009, p. 120)

Antes da criação da referida organização, contudo, esse efeito de homogeneidade já reverberava na designação do nome "lusofonia" (termo que aparece em 1950). Segundo Santos (2001), "mais que uma forma de expressão,

a lusofonia é a marca de uma atitude, uma forma de ser e de viver, voltadas para a tolerância e o convívio aberto entre os povos" (p. 28).

Essa denominação foi dada para designar um projeto de criação de um espaço que se caracterizasse por ter falantes de língua portuguesa, que se localizassem em países em que o português fosse falado¹⁵. Nesse sentido, consideramos essa denominação como um acontecimento de linguagem, na medida em que dizer "lusofonia" é inscrever esse acontecimento na formação ideológica da colonização portuguesa – séculos XVI a XX. É assim que vemos o modo como Santos (2001) se refere aos antecedentes da criação da CPLP como hoje está constituída,

A triangulação hoje institucionalizada pela CPLP possui raízes históricas, dado o passado colonial de intensas trocas entre Portugal, Brasil e a África portuguesa, em especial Angola. Tema de elaborações e justificativas diversas, antes de chegar à forma e condicionantes atuais, essas relações foram objeto de inúmeras propostas e iniciativas nos séculos anteriores. D. João VI cria, por exemplo, ainda no século XIX, a Comunidade Luso-Brasileira, vinculando Portugal, suas possessões ultramarinas e o Brasil recém-independente.

[...]

Na década de 1950, a partir de reflexões acerca do papel dos africanos nas sociedades domésticas e nas relações políticas e econômicas entre os três continentes, com destaque para a sociologia de Gilberto Freyre, apareceram novas vozes propondo a criação de uma comunidade que integrasse os países de língua portuguesa. Naquele momento, o projeto permaneceu restrito a um círculo de intelectuais, que não insistiu no seu intuito em função, principalmente, da *persistência do colonialismo entre os membros potenciais*. (SANTOS, 2001, p. 18) (grifos nossos)

Esse acontecimento da denominação de um projeto como *lusofonia* atualiza uma memória já organizada pelo esquecimento, o já-dito, o já-significado, e, nessa atualização, aponta para dizeres outros, fazendo reverberar o sentido dominante de língua portuguesa homogênea e una, a língua dos portugueses. Lê-se em Faulstich (2001), "O mosaico linguístico tomara forma e

¹⁵ Chamamos a atenção de que há outros países em que comunidades importantes falam português (Paraguai, Uruguai, EUA, por exemplo), mas que não são, em geral, considerados lusófonos.



cor e, já desconectado do galego, o português viajou por 'mares nunca d'antes navegados'" (*id., ibid.*, p. 106). E prossegue: "Assim, no espaço da diversidade, Brasil e África, ao mesmo tempo em que foram *receptores* da *cultura* portuguesa, resguardaram e desenvolveram suas próprias culturas [...]. O *idioma* [língua portuguesa], no papel de entidade *supranacional*, congrega todas as *variedades* da língua"¹⁶ (*id., ibid.*, p. 109).

4. Uma análise possível

O artigo da *Revista Organon* de 1994, intitulado *A perspectiva da Lusofonia*, traz o nome "lusofonia" como conceito científico, que, ao ser definido, toma por base 'a língua portuguesa' de Portugal como a língua que hoje promove a unidade mantendo a diversidade (multilinguismo/culturalismo). Ao dizer, a posição-sujeito cientista da linguagem produz sentidos sobre essa língua portuguesa a partir da noção de unidade, pressupondo uma 'mesma origem' e considerando que foi 'transplantada junto com a cultura portuguesa' para uma área geográfica que correspondia às colônias portuguesas: Brasil (América do Sul), Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe (África), Timor Leste (Oceania), Macau (China - Ásia), Goa e Damão (Índia - Ásia).

Compreender o acontecimento da colonização (ORLANDI, 1990) hoje, no século XXI, passa por questionar esse "conceito de lusofonia" que designa, como **um**, espaços discursivos de relação entre línguas/sujeitos tão diversos e singulares em suas especificidades.

Para tanto, buscamos compreender a produção do efeito de homogeneidade nos enunciados em que a palavra "lusofonia" ocorre, submetendo, à análise, o funcionamento do nome "lusofonia" tomado no discurso científico-linguístico, no citado artigo, a partir de recortes, ou seja, de

¹⁶ Comentamos a esse respeito que, embora se fale de diversidade, continua-se a pensar a língua portuguesa em sua unidade imaginária, que "congrega" todas as "variedades" da língua. Não se pensa aqui em mudança linguística (o que implica singulares historicidade e memórias); apenas em "variação".

fragmentos discursivos que reúnem linguagem-e-situação, com base na relação entre língua/sujeito/história (ORLANDI, 1984).

Para pensar o processo de produção de sentido na língua entendida como base material dos processos de significação, procuramos descrever e compreender o modo de funcionamento da *forma material* "lusofonia" no fio do discurso, mobilizando o procedimento parafrástico, posto que permite pôr em jogo a relação entre o mesmo e o diferente, ou seja, permite compreender o gesto de interpretação como lugar da contradição, em que o dizer do sujeito se dá pela repetição (efeito do já-dito) e pelo deslocamento (historicização) simultaneamente, pois "a repetição é a possibilidade do sentido vir a ser outro ou não, no movimento contraditório entre o mesmo e o diferente" (ORLANDI, 1998, p. 16).

O nome "lusofonia" tem sido objeto de reflexão de Eni Orlandi em vários textos. Em um deles, *Língua Brasileira e outras histórias*, ela dedica dois capítulos ao assunto. Sua posição tem sido a de que é preciso elaborar as reais diferenças visando a enriquecer as relações – entre brasileiros, e entre os países africanos que também se historicizaram tendo de re-significar o processo de colonização portuguesa –, e reforçar os processos de descolonização. Portanto,

a noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal. O Luso é o Português. Nada temos a ver com isso. (ORLANDI, 2009, p.179)

Nessa esteira, buscamos compreender a denominação "lusofonia" em relação à forma de considerarmos a organização da CPLP como um espaço supranacional.

Assim, ao analisarmos aqui o nome "lusofonia", consideramos que a produção do efeito de sentido de homogeneidade ainda é dominante na historicidade dessa língua portuguesa que nos atravessa de diferentes modos. Pensamos, por isso, ser importante dar visibilidade a essa disputa política por sentidos. O trabalho simbólico da ideologia, ao funcionar pela descontinuidade,



expõe a contradição, faz ir-e-vir, aparecer-e-desaparecer, lembrar-e-esquecer sentidos de que: as línguas portuguesas são outras e várias¹⁷; e essas línguas portuguesas em espaço*¹⁸ disputam política e tensamente os espaços languageiros com outras línguas.

Nesse processo de apreender o real e dar-lhe significação, o processo de denominação é produzido por dizeres já inscritos em *formações discursivas* "que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 166), um modo de construir discursivamente o(s) referente(s), uma forma de significar que se organiza na ordem do discurso e diz da natureza das relações de força em determinada sociedade.

Uma das evidências produzidas pelo discurso da CPLP sobre língua portuguesa que faz com que pensemos que todos os que falam língua portuguesa falam a mesma língua vem pela noção de "lusofonia". Assim, antes de começar a análise, achamos importante trazer os sentidos que se oficializam e circulam como dominantes sobre essa palavra pela via do dizer científico da posição-sujeito professor universitário português, pela via dos instrumentos linguísticos como dicionário e enciclopédia, e pela via do dizer do Estado português.

Luso (do latim *Lusus, i*) tem datação de 1572 e é sinônimo de "lusitano", "português", do que é "relativo a Portugal", e *fono* + *ia* é um elemento de composição que significa *som, voz* (do gr. *phōnē,ēs*) + o sufixo *-ia* formador de

¹⁷ Tendo em vista a distinção teórica entre *língua fluida* e *língua imaginária* proposta por Orlandi (1988, 2009), falamos no plural, pois o português que entra nas colônias portuguesas não é a língua imaginária oficial do Estado português, aquela representada como homogênea no imaginário dos sujeitos das colônias. É a língua fluida já em espaços-tempos diferenciados, posta em contato com inúmeras outras línguas africanas na costa ocidental e oriental da África e línguas indígenas no Brasil. É a língua fluida trazida por falantes pertencentes: à nobreza do Reino de Portugal, donatários das capitânias, seus servos, os degredados, os traficantes de escravos, os escravos que falavam português, e os línguas (ou chalongas, intérpretes multilíngues, africanos livres ou não, que deveriam aprender a falar o português, os 'crioulos' e as outras línguas africanas e indígenas devido à diversidade dos povos escravizados, pois eram os intermediários na comunicação entre estes e os europeus). E a língua no/do Brasil, insiste Orlandi (2009), é a língua brasileira, em seu imaginário e em sua fluidez.

¹⁸ Cf. nota 2.

substantivos abstratos em compostos eruditos. A datação de *lusofonia* é recente, 1950¹⁹, comparativamente a *luso*, e, segundo o dicionário Houaiss (2001), é o

conjunto daqueles que falam o português como língua materna ou não.

1.1 conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante [A lusofonia abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da população de Goa, Damão e Macau na Ásia, e ainda a variedade do Timor na Oceania.]

Segundo o mesmo dicionário, *lusófono* é um adjetivo que designa "que ou aquele que fala português" e "cuja língua oficial ou dominante é o português (diz-se de coletividade)".

Conforme o autor Fernando Cristóvão²⁰, "lusofonia" é um termo usado para se referir a "uma família que fala uma língua comum [*a Língua Portuguesa*] em situações diversas onde há um sentido de unidade e independência nas variedades de cada país". Na enciclopédia livre *Wikipedia*, lusofonia "é o conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões, estados ou cidades falantes da língua portuguesa como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e por diversas pessoas e comunidades em todo o mundo"²¹. De acordo com o portal do governo português, "o conceito 'Lusofonia' usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo".²²

Diríamos, então, que "lusofonia" significaria os países (significados como "família") que têm como língua oficial "*a Língua Portuguesa*" (única e, portanto, igual a ela mesma) e em que, supostamente, essa língua é falada pela "maioria" da população com suas "variações" independentemente das diversidades e

¹⁹ O fato de as datações das palavras "lusófono" e "lusofonia" serem diferentes é significativo, na medida em que o sentido de "lusófono" atravessa o de "lusofonia".

²⁰ Definição dada pelo Professor Fernando Cristóvão da Universidade de Lisboa, vice-presidente do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, e Coordenador Geral do *Dicionário Temático da Lusofonia* (2005). Entrevista dada ao Jornal Nacional. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Vof4kU-IT14>>.

²¹ Wikipedia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lusofonia>>.

²² Portal do governo português. Disponível em: <<http://e-portugues.co.uk/?p=26>>.



especificidades nacionais. Assim, são colocados na indistinção, as línguas, os sujeitos, suas historicidades e os espaços discursivos.

A seguir, trazemos as sequências discursivas recortadas do artigo da Revista *Organon* (1994, p. 17-34) em que o nome "lusofonia" aparece. Ao descrevermos essa materialidade linguística, mobilizamos o procedimento parafrástico, pensando dar visibilidade ao funcionamento desse nome.

Assim, apresentamos, a seguir, quatro sequências discursivas (SD1, SD2, SD3, SD4) em que vemos "lusofonia" parafraseada como "o linguístico" somado ao "cultural", o "português" como *a via possível* de os falantes desse espaço de *mesma* língua portuguesa se pensarem como um "bloco", e que é ainda "a língua portuguesa" *responsável* pelas "literaturas vernáculas" que se escrevem pelas *variantes linguísticas e culturais dessa língua una*.

SD1 [...] e, em contrapartida, surgiram no Brasil figuras também eminentes, como o citado Celso Cunha e Antonio Houaiss, que [...] em uma palavra –: *cultura*'(CUNHA, 1970, p. 18, nota 17) – tornaram-se, salvo erro, os introdutores, no Brasil, do conceito em questão: o de "*lusofonia*" (conceito, *mais do que linguístico, cultural*, na acepção em que é usado aqui).²³

SD2 [...] é como "língua de cultura" – e, mesmo, como "língua de cultura de ponta" (HOUAISS, *ib.*) – que o *português* abre a possibilidade de uma convivência consciente entre os vários "segmentos" da *lusofonia*, permitindo que se pensem como um "bloco" cultural e ajam em consequência.

SD3 [...] a perspectiva da *lusofonia*, com efeito, situa corretamente a questão das literaturas nacionais em geral. As quais, em vez de se instalarem no jacobinismo (agora, literário), ver-se-ão, nessa perspectiva, como elementos de um todo, ainda que expressem *variantes culturais e linguísticas* específicas. Ademais, como é óbvio, a fortuna das literaturas vernáculas depende da sorte da *língua portuguesa*.

SD4 o *português* não é somente uma "língua natural"; é também uma "*língua de cultura*". [...] A "*língua de cultura*", ao contrário, relacionando-se à memória e a toda espécie de registros, é indispensável do escrito e do aprendizado formal, que dá acesso ao *patrimônio cultural-linguístico*. É como "*língua de cultura*" – e mesmo como "língua de cultura de ponta" (HOUAISS, *ib.*) –

²³ O texto de Celso Cunha a que Armando se refere está em *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

que o português abre a possibilidade de uma convivência consciente entre os vários "segmentos" da *lusofonia*, permitindo que se pensem como um "*bloco*" cultural e ajam em consequência.²⁴

Nossa questão era a de que haveria marcas na superfície linguística de que o nome "lusofonia" seria parafraseado pelo 'grupo nominal' (GN – que funciona como nome, substantivamente) "a língua portuguesa" ou "o português". Contudo o que percebemos é um outro jogo parafrástico, dizer "lusofonia" é dizer junto "cultura" e "a língua portuguesa" ou "o português", ou seja, não é possível dizer "lusofonia" e não dizer "cultura e língua portuguesas". Assim, os efeitos de sentido para esse nome "lusofonia" é aqui *a língua portuguesa somada à cultura portuguesa*.

É, ao discorrer sobre o conceito de "lusofonia", que esse sujeito de linguagem nos diz: "o conceito de *lusofonia*' implica o reconhecimento, primeiramente, de que são muitos os grupos humanos 'proprietários' da *língua portuguesa*. Portanto, é aspecto inerente a esse conceito a noção de *diversidade cultural*. Essa, no caso – como se sabe – resulta de uma *transplantação cultural e linguística* (ARMANDO, 1994, p. 19)."

Na materialidade linguística do texto em análise, observamos, ainda, que a palavra "lusofonia" funciona pela repetição, na maioria das vezes, como um 'grupo adjetivo' (GAdj – preposição com/sem artigo seguida do nome "lusofonia" com função adjetiva) dependente do grupo nominal (GN) que integra. Para dar visibilidade a esse funcionamento da repetição do nome "lusofonia" como determinante dos grupos nominais (GN) em que ocorre, apresentamos o quadro a seguir.

Quadro 1

A perspectiva <i>da lusofonia</i>
o [conceito] <i>de "lusofonia"</i>
o conceito <i>de "lusofonia"</i>
"consciência <i>da lusofonia</i> ",
a oficialização de um terceiro grupo <i>de lusofonia</i> ,
a base interna <i>da lusofonia</i> ;

²⁴ Os grifos nesse grupo de sequências discursivas e nos seguintes são nossos.



para todo o conjunto <i>da lusofonia</i> é,
com o cultivo <i>da lusofonia</i> .
criar uma "consciência <i>da lusofonia</i> "
falta de uma "consciência <i>da lusofonia</i> "
a formação de um "bloco <i>da lusofonia</i> "
o panorama <i>da lusofonia</i> ,
entre os vários "segmentos" <i>da lusofonia</i>
mínimo necessário à consolidação <i>da lusofonia</i>
cada "segmento" <i>da lusofonia</i> é
interior dos "segmentos" <i>da lusofonia</i>
entre as variantes e os "segmentos" <i>da lusofonia</i>
todo o conjunto <i>da lusofonia</i>
grande dicionário <i>da lusofonia</i>
para que se promova a consciência <i>da lusofonia</i>
A perspectiva <i>da lusofonia</i> ,
interessa ao panorama <i>da lusofonia</i>
quadro <i>da lusofonia</i> –
dois "segmentos" <i>da lusofonia</i>
sua inserção no panorama <i>da lusofonia</i>
a "crise" <i>da lusofonia</i> não provém
por que não a integração <i>da lusofonia</i> ?

Nesse movimento de determinação dos nomes pelo GAdj "de/da lusofonia", arriscamos compreender seu funcionamento como uma forma de esse sujeito de linguagem produzir um efeito de saturação dos sentidos, de completude, como se não fosse possível no *mundo lusófono*, ou seja, no mundo "daquele que fala português" e "cuja língua oficial ou dominante é o português (diz-se de coletividade)", falar outra língua diferente de "a língua portuguesa". É pelo efeito de saturação que percebemos que, para se manter uma língua portuguesa, é preciso que a lusofonia esteja presente "em toda parte", como, por exemplo, a "perspectiva" em relação aos países de língua portuguesa deve ser a da lusofonia, que a "consciência" que se deve ter é a da lusofonia, que a lusofonia deve ser a "base interna", que se deve fazer o "cultivo" da lusofonia, que se deve "criar" porque "falta" "uma consciência" da lusofonia, que o "panorama" é o da lusofonia, que se deve ter um "grande dicionário" da lusofonia (aqui citado), etc.

Mobilizamos, aqui, a noção de *pré-construído* (PÊCHEUX, 1997 [1975]) para tratar essa irrupção da "lusofonia" como algo já-lá, já-dado, já significado. O dizer da lusofonia produz sentidos que têm relação com a exterioridade do texto, com o interdiscurso, com outros discursos, com a memória discursiva,

que faz retornar sentidos como aqueles que fornecem/impõem a "realidade" da existência de uma única língua portuguesa desde sempre.

Se pensarmos que, pela materialidade das sequências discursivas, os sentidos de "lusofonia" deslizam para a associação de "língua portuguesa + cultura portuguesa", e que, pela repetição do GAdj "de/da lusofonia", não é possível um espaço enunciativo em que exista língua portuguesa fora da "lusofonia", então não há lugar nesse espaço "lusófono" para as outras línguas e nem para as outras *línguas portuguesas* em espaços* brasileiro, angolano, moçambicano, santomense, guineense, cabo-verdiano, a não ser como "variação linguística" e como "transculturação".

Nas sequências discursivas que recortamos a seguir, procuramos dar visibilidade a como a tomada de posição é sustentada pela evidência de que a língua portuguesa no espaço brasileiro é uma variante da língua de Portugal. Nesse dizer, o sujeito apaga o funcionamento das línguas nesse espaço discursivo – tanto as portuguesas quanto as outras línguas – fazendo parecer que há uma língua portuguesa da qual todas as outras partem e não se partem, não se dividem se tornando outras.

Ao dizer desse lugar, o sujeito pressupõe um afastamento, uma neutralidade, como se esse saber científico fosse sempre um já-sabido, óbvio e único. Pelos esquecimentos enunciativo e ideológico, esse sujeito traz a voz de outros cientistas da linguagem para dizer por eles e com eles (por exemplo, "citando Pinheiro Chagas", "Celso Cunha mostra", "como o citado Celso Cunha e Antônio Houaiss", "como nota o Autor citado"), como uma *língua brasileira está colocada na impossibilidade e como a variante do português é o que é possível e desejável, nesse panorama fragmentado da lusofonia, mas que, futuramente, precisará ser integrado*, como podemos ler nas sequências discursivas SD5, SD6, SD7, SD8 e SD9 recortadas de Armando (1994):

SD5 [...] o defeito que vejo em todos os livros brasileiros é [...] a mania de tornar brasileiro uma língua diferente do velho português.



SD6 [...] brasileiros navegaram (talvez alguém ainda navegue) em *falsas* águas e por rotas *equivocadas*, ao *pretenderem que existia uma língua brasileira*.

SD7 [...] a "crise" da lusofonia não provém só do fato de a língua – pilar mestre da unidade de fato – poder-se considerar "propriedade privada dos portugueses" (esse ponto de vista, como se viu mais e mais se debilita); nem do fato de a "*variedade brasileira*" ser considerada "*uma nova língua*" (isso, como também se viu, *já é hoje contestado*);

SD8 [...] cabe recordar, da mesma forma, que a falta de um organismo disciplinador supranacional (aproximativamente, o que é para a língua castelhana a Real academia espanhola) favorece a *fragmentação do português*.

SD9 [...] e, se oficialmente se tenta a integração latino-americana, se extra-oficialmente se *busca promover* o afro-brasileiro, *por que não a integração da lusofonia?*

Nessa mesma direção, fica evidente que é preciso "um organismo disciplinador" para proteger da "fragmentação", isto é, é preciso olhar para *a fragmentação como um risco tanto interno quanto externo*, porque é preciso estabelecer "um mínimo comum de normas linguísticas"; o que seria alcançado se houvesse "a qualidade do ensino e sua expansão favorecendo a 'língua de cultura' [e] a pesquisa, seja no interior dos 'segmentos' da lusofonia, seja interlusofônica". Assim falar em diversidade linguística e cultural implica entender a *diferença* como aquilo que deve corresponder ao que o outro (o que se preocupa em preservar da fragmentação) entende como diferença possível.

A partir das sequências discursivas seguintes, SD10 e SD11, podemos dizer que esse sujeito de linguagem atualiza uma memória histórica.

SD10 [...] Por isso, a '*consciência da lusofonia*', como já afirmamos alhures, é muito *mais do que o simples reconhecimento de uma comunidade linguística: é o reconhecimento da existência de um mundo de língua portuguesa* que é igualmente *um mundo de culturas unificadas por traços comuns*, apesar de sua grande diversidade, que as *variantes linguísticas* refletem e expressam. Mundo, portanto, de literaturas até certo ponto afins, na diversidade com que expressam a própria diversidade cultural, tal como as *variantes da língua* o fazem.

SD11 [...] Aos estudos linguísticos de tipo científico, que trouxeram a esse debate a noção de 'variante de língua', deve-se a invalidação, tanto do purismo, quanto do '*jacobinismo linguístico*' (o qual, nos dias atuais, só pode ser visto *como resquício de um 'complexo' de colonizado*; e *esse*, afinal, apenas *reflete uma mentalidade de colonizador às avessas*).

Esse sujeito, ao afirmar que *reconhecer esse espaço de fala da língua portuguesa homogênea como uma comunidade linguística não é o bastante, que é preciso reconhecer a existência de um mundo de língua portuguesa como um mundo de culturas unificadas por traços comuns, em que as diferenças linguísticas são variações*, atualiza efeitos de sentido produzidos a partir da denominação de um mundo como "lusofonia", ou seja, como da ordem da impossibilidade de reconhecer uma língua moçambicana, por exemplo, posto que, pelo viés da "lusofonia", é contraditório pensarmos em tal fato também como um acontecimento linguístico. Assim, essa impossibilidade é significada como um "resquício de um 'complexo' de colonizado", que "reflete uma mentalidade de colonizador às avessas", que, por sua vez, apaga os efeitos ideológicos de uma relação contraditória entre os colonizados e o colonizador. Ou seja, nesse modo de dizer, essa posição-sujeito cientista *esquece* que o discurso do colonizador significa o colonizado a partir do projeto civilizatório europeu que estabelece um discurso sobre, interditando um lugar para o sujeito colonizado se dizer como não-colonizado. *Esquece*, ainda, que esse discurso inicia uma forma de saber sobre as línguas das 'colônias' que desqualifica o modo de os sujeitos 'colonizados' falarem a língua do 'colonizador'²⁵, além de apagar o número enorme das outras línguas, nesses espaços, faladas.

Retomando

Nas definições, "lusofonia" aparece designando um grupo com relações de parentesco ("uma família") que vive num vastíssimo espaço geográfico, no

²⁵ Ou seja, em seu discurso de suposta neutralidade e cientificidade, traduz como "variantes da língua" ou como "veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões" esse *modo de falar* (Pinheiro Chagas, *apud* CUNHA, 1970, p. 15, *apud* ARMANDO, 1994, p. 18.)



qual é falada uma língua una e mesma, apesar da diversidade linguística ("variação") lá existente. Pensando, nesse *corpo homogêneo* vivendo nesse lugar *não-fragmentado*, como um corpo e um lugar imaginários, entendemos que fica fora, pela proposta da lusofonia, a possibilidade de esses sujeitos viverem os imaginários de sua realidade linguageira em um espaço-tempo distinto do da língua portuguesa de Portugal, constituídos por uma memória discursiva outra, em cujo saber estão em contato línguas diversas das que estão em contato em Portugal, também este espaço diverso em línguas.

Nesse imaginário (que se quer monolinguístico parecendo reconhecer o multilinguismo), a língua é descolada de suas condições materiais de produção, tomada fora das histórias que a constituem e a significam. Sustenta-se, assim, um imaginário segundo o qual haveria uma língua em essência ou uma essência na língua que seria responsável por sua unidade nos vários países onde é falada sob diferentes condições, que levaria ao reconhecimento do multivariacional.

Desse modo, num gesto anacrônico, pensar o conceito de lusofonia apaga a heterogeneidade das línguas portuguesas, da imensa diversidade linguística e cultural, ou seja, apaga que essas línguas e seus falantes são outros ao se reterritorializarem em espaços* onde são faladas. Pela via da lusofonia como é significada nesse artigo, não se dá lugar às línguas fluidas portuguesas e nem às outras que funcionam engendrando diferentes memórias, discursividades outras, que pelo multilinguismo/culturalismo são significadas como "variantes"/"variedades"/"variações".

Contudo, é no jogo do encontro das materialidades da língua e da história que se produz a deriva. Acontecer dizer língua brasileira, língua kikongo, língua cabo-verdiana, língua balanta-kentohe, língua tsonga, língua santomense, língua tétum, língua ticuna, língua mirandesa, ao lado das línguas portuguesas em espaço* faz narrativizar efeitos de sentidos na direção da heterogeneidade, possibilidade de resignificação de nossas diferenças concretas, nossas singularidades e de metaforização, de deslize dos efeitos de sentido produzidos pela colonização linguística (MARIANI, 2004).



Referências

ARMANDO, M^a L. de C. A perspectiva da lusofonia. **Organon**, Porto Alegre, v. 8, n^o 21, p. 17-34, 1994.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001 [1992].

BRANCO, L. K. A. C. **Historicidade e sentidos**: a palavra 'crioulo' nos discursos sobre a língua de Cabo Verde. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2007. 195 f.

_____. **A língua em além-mar**: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa. Campinas, 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2013. 325f.

DE CERTEAU, M.; REVEL, J.; JULIA, D. **Une politique de la langue**: la revolution française et les patois. Paris: Gallimard, 1975.

FAULSTICH, E. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**: solidariedade e ação política. Brasília, DF: IBRI, 2001. p. 105-143.

FREIXO, A. de. **Minha pátria é a língua portuguesa**: a construção da ideia da lusofonia em Portugal. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. Versão 1.0.

MARIANI, B. Uma revolução e seus impasses linguísticos: Moçambique. **Revista Letras** – Políticas Linguísticas: espaços, questões e agendas, v. 21, n^o 42, jan./jun. 2011, p. 129-149, UFSM, Santa Maria (RS).

_____. **Colonização linguística**. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI-XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: EdUNICAMP, 1998.

MEDEIROS, V. A língua em solo brasileiro na *Revista Brasileira* no período JK. **Revista da ANPOLL**, n^o 25, jul-dez, 2008, p. 245-264. ISSN 14147564.

ORLANDI, E. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.



_____. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Revista RUA**, nº 4, Campinas, p. 9-19, 1998.

_____. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Segmentar ou Recortar. In: GUIMARÃES, E. (ed.). **Série Estudos. Linguística: questões e controvérsias**, nº 10. Uberaba: Fiube, 1984.

_____; SOUZA, T. C. A língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. (org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988. p. 27-40.

PAYER, M. O. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. Entre a língua nacional e a língua materna. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 337-346.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. P. Cunha. In: HAK, T.; GADET, F. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997 [1975]. p.163-252

PFEIFFER, C. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (orgs.). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005. p. 27-40.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. M. **Língua, nação e nacionalismo**: um estudo sobre o Guarani no Paraguai. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp, 2000. 254f.

SANTOS, J. S. CPLP: Gênese e instituições. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**: solidariedade e ação política. Brasília, DF: IBRI, 2001. p. 17-43.

VEIGA, Manuel. Implementação do ALUPEC. **Kultura** Revista de Investigação Cultural e de Pensamento do Ministério da Cultura. Praia: Publicom, 1998, julho de 1998, nº 2, p. 95.

_____. **A sementeira**. Portugal: Editor ALAC, 1994.



Recebido em 22/01/2015.

Aceito em 13/04/2015.

Luiza Katia Castello Branco

É mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2007); doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2013); professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ, 2013-). Atualmente faz pós-doutorado com a professora Bethania Mariani, na Universidade Federal Fluminense (UFF, 2015-). Suas pesquisas são na área de Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Além de artigos publicados, participou da organização do livro *Análise de Discurso no Brasil – pensando o impensado sempre – uma homenagem a Eni Orlandi* (RG Editores, 2011).

E-mail: luizakcb@gmail.com